

A. I. N° - 279836.0043/06-9
AUTUADO - M & S MÓVEIS LTDA.
AUTUANTE - JOÃO ROBERTO DE SOUSA
ORIGEM - INFAZ INDÚSTRIA
INTERNET - 10.05.2007

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0122-01/07

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 20/09/2006, exige ICMS no valor de R\$1.930,00, acrescido da multa de 50%, atribuindo ao sujeito passivo a falta de recolhimento do ICMS no prazo regulamentar, na condição de Microempresa, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS - SIMBAHIA, nos meses de janeiro a novembro de 2004. Tudo de acordo com Demonstrativo para fins de Reenquadramento, resultante de monitoramento, quando foram solicitadas notas fiscais de compra e venda, acrescentando que a respectiva planilha, devidamente assinada, evidencia o movimento dos exercícios de 2004 e 2005.

O autuado apresentou impugnação às fls. 13/14, insurgindo-se contra a imposição fiscal, sob a argumentação de que no exercício de 2003 tivera um faturamento acumulado total de R\$54.432,98, conforme planilha anexada à fl. 15 e cópia da DME - Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (fl. 16), valor esse que o enquadrava para o exercício de 2004 na faixa de Microempresa-2, correspondente à receita acumulada até R\$ 60.000,00, sendo o valor do ICMS devido de R\$50,00 por mês.

Reconheceu a falta de recolhimento do imposto no exercício de 2004, contudo pelos valores demonstrados na referida planilha, contestando os valores lançados no Auto de Infração.

Requeru a improcedência parcial do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal às fls. 28/29, alegou que o Auto de Infração decorreu da conclusão do monitoramento realizado pela Agente de Tributos Mírian Salinas, após verificação das compras e vendas, evidenciada através das planilhas anexadas ao processo.

Observou que de acordo com as planilhas e levantamentos realizados, ficou evidenciado que a empresa, realmente, não teve movimento comercial nos exercícios de 2004 e 2005, que ultrapassasse a faixa de enquadramento de Microempresa 01. Alegou que, entretanto, no relatório “Histórico da Condição do Contribuinte” (fl. 30), emitido através do Sistema INC, de controle da SEFAZ, o contribuinte aparece como Microempresa faixa 04, a partir de 15/12/2001, passando posteriormente para a faixa 01, em 30/11/2004, alternando entre a faixa 04 em 28/02/2005 e a faixa 02 a partir de 01/09/2005.

Concluiu, afirmando que o trabalho fora respaldado tão somente nos dados contidos no Sistema INC, sem, no entanto, levar em consideração o real movimento comercial do contribuinte.

Tendo sido cientificado a respeito da informação fiscal, o autuado se manifestou à fl. 38, alegando que o relatório de fl. 29 atesta que mesmo tendo sido enquadrado na faixa 04 a partir de 15/01/2001, conforme “histórico da condição do contribuinte”, estava enquadrado indevidamente, demonstrando que a SEFAZ não atendeu a previsão contida no art. 384-A, § 9º, do RICMS/97, que estabelece que anualmente e com base na DME do exercício anterior, a SEFAZ, se for o caso, reenquadrará de ofício os contribuintes optantes pelo SimBahia.

Observou que a análise feita pelos prepostos fiscais foi respaldada tão somente nos dados constantes do INC, sem, contudo, levar em consideração o seu real movimento comercial, contrariando o citado dispositivo regulamentar.

Manteve o pedido de improcedência parcial do Auto de Infração.

Às fls. 46/47 o autuante repetiu a informação fiscal prestada anteriormente.

VOTO

O presente processo atribui ao autuado a falta de recolhimento do ICMS, na condição de Microempresa. Noto que o autuado pautou sua defesa sob a alegação de que o seu faturamento no exercício anterior houvera sido inferior ao estabelecido para a nova faixa de enquadramento, entendendo que deveria estar enquadrada na faixa 02.

Da análise das peças processuais, bem como através de pesquisa ao INC - Sistema de Informações do Contribuinte da SEFAZ/BA, observo que se trata de estabelecimento inscrito no Regime Simplificado de Apuração do ICMS - SIMBAHIA, que tivera sua faixa de enquadramento como Microempresa alterada para a faixa de número 04 desde 15/12/2001, tendo sido mantido nessa faixa até 30/11/2004, quando foi alterado para a faixa 01. Vejo que o período alcançado pela autuação, que foi de janeiro a novembro de 2004, está compreendido dentro do período no qual o contribuinte já se encontrava enquadrado desde dezembro de 2001, razão pela qual cabia a ele ter solicitado tempestivamente a alteração de sua faixa de enquadramento, providência que não adotou.

Ressalto que o art. 384, § 9º, do RICMS/97, deixa claro que a mudança de faixa de enquadramento do contribuinte se dará por iniciativa da SEFAZ, conforme trecho que transcrevo: *“Anualmente, com base na Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME) do exercício anterior e em outras fontes de informações econômico-fiscais, a Secretaria da Fazenda, se for o caso, reenquadrará de ofício os contribuintes optantes pelo SimBahia”*.

Em segundo lugar, os transcritos artigos 404-A e 405-A, vigentes à época da ocorrência dos fatos, deixam claro que para que ocorresse a alteração de faixa de enquadramento, conforme pretendido pelo sujeito passivo, este deveria necessariamente ter requerido junto à Repartição Fazendária, a alteração pleiteada, que seria analisada e, no caso de ser deferida, se daria na forma de alteração cadastral.

"Art. 404-A. A exclusão do regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia) ou a alteração do enquadramento no referido regime, será feita mediante comunicação pelo sujeito passivo ou de ofício."

"Art. 405-A. A exclusão ou alteração do enquadramento mediante comunicação do contribuinte dar-se-á em forma de alteração cadastral:

I - por opção própria;

Parágrafo único. O sujeito passivo fará a comunicação de que cuida este artigo até o dia quinze do mês subsequente àquele em que se configurar o fato determinante da exclusão ou alteração, que surtirá efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao deferimento pelo Inspetor Fazendário, ficando dispensada a microempresa que já tiver informado, tendo em vista o disposto no inciso IV, do parágrafo único, do art. 386-A."

Acrescento que qualquer mudança referente ao enquadramento do contribuinte, feita pela repartição de ofício, é comunicada ao contribuinte. Os §§ 9º, 10 e 11 do art. 384-A do RICMS/97 cuidam dos critérios a serem seguidos pela repartição para efeitos de depuração da faixa em que

deva situar-se o contribuinte (direito material). Por sua vez, o art. 108 do RPAF/99, prevê a forma como os atos da repartição devem ser comunicados ao contribuinte (direito procedimental). Caso a repartição não procedesse de forma adequada, caberia ao contribuinte provar a irregularidade procedimental.

Conforme se conclui dos autos, este não requerera a alteração de sua faixa de enquadramento, nem recolheu o ICMS devido no período alcançado pelo lançamento, motivo pelo qual não pode pleitear agora que o recolhimento do imposto devido nos meses correspondentes à autuação seja feito em valores abaixo daqueles correspondentes à sua faixa de enquadramento no Regime SimBahia.

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279836.0043/06-9**, lavrado contra **M & S MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$1.930,00**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, alínea “e”, item 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de abril de 2007.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR